

## **GOVERNANÇA E INOVAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA DIMENSÃO BOTTOM UP NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR**

GOVERNANCE AND INNOVATION: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE BOTTOM-UP DIMENSION IN THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES IN FAMILY FARMING

GOBERNANZA E INNOVACIÓN: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA DIMENSIÓN BOTTOM UP EN LA IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA AGRICULTURA FAMILIAR

**RESUMO:** As redes sociais ocupam um papel central no cotidiano contemporâneo, influenciando as formas de interação, a construção da realidade e as experiências individuais e coletivas. Por trás dessa dinâmica, atuam os algoritmos, sistemas que exercem uma forma de poder sutil, porém decisiva, ao definir o que é visto, valorizado ou silenciado nas plataformas. No entanto, o modo como esses mecanismos operam mantém-se oculto ao olhar do público, tornando invisíveis os critérios que moldam a circulação da informação e a visibilidade dos sujeitos no ambiente digital. Pensando nisso, este artigo problematiza a neutralidade técnica dos algoritmos das redes sociais a partir das reflexões de D'Andréa (2020), Van Dijck e Poell (2013). Acredita-se que os algoritmos das redes sociais não são neutros, mas sim dispositivos de poder que moldam visibilidade, percepções e comportamentos, transformando interações humanas em dados monetizáveis e reforçando desigualdades sociais. A neutralidade aparente das plataformas mascara práticas de controle, vigilância e manipulação algorítmica.

**PALAVRAS-CHAVE:** algoritmo; redes sociais; neutralidade técnica; caixa-preta.

**Daniel Alencar Bardal**

Doutorando em Desenvolvimento Regional (UFT). danielbardal@yahoo.com.br

**Diego Neves de Sousa**

Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. diegocoop@hotmail.com

**Palloma Rosa Ferreira**

Pós doutora em Desenvolvimento Regional (UFT). palloma.rosa.ferreira@gmail.com

**SUBMISSÃO:** 22/10/2025

**ACEITE:** 24/11/2025

Licença CC BY:  
Artigo distribuído sob os termos  
Creative Commons, permite  
uso e distribuição irrestrita em  
qualquer meio desde que o autor  
credite a fonte original.



**ABSTRACT:** The objective of this article is to review the literature on bottom-up governance in public policies for productive inclusion of the Family farming. The methodology used was a bibliometric review of scientific articles available on Google Scholar, applying relevance criteria and excluding non-academic works. The results indicate that the studies are predominantly concentrated in the North and Northeast regions of Brazil and are published in journals in the fields of Social Sciences, Administration, and Urban and Regional Planning. The most common methodologies in the analyzed articles include questionnaires, document analysis, and case studies. The most studied public policies were the Sustainable Development Program for Rural Territories and the Citizenship Territories Program. The study concludes that the active participation of rural actors can promote social and economic innovations, overcome institutional and cultural challenges, and improve the effectiveness of public policies for productive inclusion.

**KEYWORDS:** Public Policies; Sociotechnical Intervention; Productive Inclusion; Regional Development.

**RESUMEN:** El objetivo de este artículo es revisar la literatura sobre la gobernanza "bottom up" en las políticas públicas de inclusión productiva de la agricultura familiar. La metodología utilizada fue una revisión bibliométrica de artículos científicos disponibles en Google Scholar, aplicando criterios de relevancia y excluyendo trabajos no académicos. Los resultados indican que los estudios se concentran mayoritariamente en las regiones Norte y Nordeste de Brasil y se publican en revistas de las áreas de Ciencias Sociales, Administración y Planificación Urbana y Regional. Las metodologías más comunes en los artículos analizados incluyen cuestionarios, análisis documental y estudios de caso. Las políticas públicas más estudiadas fueron el Programa de Desarrollo Sostenible de los Territorios Rurales y el Programa Territorios de la Ciudadanía. El estudio concluye que la participación activa de los actores del medio rural puede promover innovaciones sociales y económicas, superar desafíos institucionales y culturales, y mejorar la eficacia de las políticas públicas de inclusión productiva.

**PALABRAS CLAVE:** Políticas Públicas; Intervención Sociotécnica; Inclusión Productiva. Desarrollo Regional.

## INTRODUÇÃO

A governança pública tem sido amplamente reconhecida como um fator crucial na formulação e implementação eficaz de políticas públicas. A dimensão "*bottom up*" (de baixo para cima) tem ganhado destaque como um modelo inovador de governança, que valoriza a participação ativa dos cidadãos e das comunidades na criação e execução de políticas públicas e desencadeia um processo rico de inovação institucional (Campos, 2017).

A dimensão "*bottom up*", modelo que contrasta com o tradicional enfoque "*top down*" (de cima para baixo), propõe uma análise com base no que acontece no momento da implementação, em que os burocratas de nível de rua estão executando a política pública. E evidencia que há muitos processos decisórios acontecendo na implementação de políticas públicas (Lotta, 2019).

A inclusão produtiva, termo que ilustra opções inclusivas para os agricultores familiares em situação de pobreza (Sousa, 2019), é uma área em que a abordagem "*bottom up*" oferece vantagens significativas, uma vez que o processo de decisão política depende de informações precisas, transparentes e éticas, estando condicionadas à aceitação de visões diferentes e busca por soluções conjuntas, que sejam aceitáveis para as partes envolvidas na implementação de políticas públicas (Oliveira, 2006).

A partir desse contexto, o artigo explora os conceitos de governança e inovação na implementação de políticas públicas de inclusão produtiva, com um foco particular na abordagem "*bottom up*". O objetivo é oferecer uma contribuição tanto teórica quanto prática para o campo das políticas de inclusão produtiva. Para alcançar esse propósito, realizou-se uma

revisão sistemática da governança "*bottom up*" em políticas públicas de inclusão produtiva, proporcionando uma visão abrangente da produção científica existente sobre o tema. Este estudo não apenas identifica os principais problemas de pesquisa, metodologias utilizadas e conceitos explorados, mas também serve como uma base para investigações futuras nesse campo do conhecimento.

Nessa direção, nos artigos selecionados, pretende-se analisar: Quais os resultados encontrados em pesquisas sobre governança "*bottom up*", em políticas de inclusão produtiva de agricultores familiares? Quais as metodologias utilizadas nessas pesquisas? Quais os principais conceitos abordados? Quais políticas públicas são estudadas? Quais os principais resultados obtidos das pesquisas realizadas?

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo geral realizar o levantamento das principais publicações nacionais que analisam a dimensão "*bottom up*" na implementação de políticas públicas de inclusão produtiva de agricultores familiares e sua relação com inovação. Além disso, identificou as revistas em que os artigos foram publicados, os métodos de pesquisa utilizados, a abrangência geográfica dos estudos, identificou as políticas públicas analisadas, os objetivos das pesquisas, os conceitos centrais empregados nos artigos e os principais resultados obtidos das pesquisas mapeadas no estudo bibliográfico.

## METODOLOGIA

A metodologia da revisão bibliométrica foi conduzida mediante a coleta de artigos científicos das bases de dados acadêmicas do Google Scholar, utilizando a seguinte equação de busca: ("Governança" OR "arranjos institucionais") AND ("bottom up") AND ("inovação") AND ("inclusão produtiva") AND ("Agricultores familiares" OR "agricultura familiar").

Essa equação foi projetada para identificar estudos relevantes que abordem a interseção entre inclusão produtiva, políticas públicas e governança "*bottom up*". Foram selecionados artigos que oferecessem insights sobre os principais problemas de pesquisa, metodologias utilizadas e conceitos explorados nessa área, proporcionando uma visão abrangente e atualizada para orientar futuras investigações.

Acredita-se que a conexão entre esses conceitos integrará diferentes perspectivas para construir um entendimento abrangente de como a governança "*bottom up*" pode promover a inovação e melhorar a eficácia das políticas públicas de inclusão produtiva.

Não foram aplicadas restrições na busca. A partir do resultado da busca, aplicou-se um critério de relevância, considerando-se apenas aqueles com dez ou mais citações indicadas no Google Acadêmico. Também houve a exclusão de trabalhos de conclusão de cursos, dissertações, teses, relatórios e capítulos de livro, focando apenas em artigos científicos.

Inicialmente, foram identificados 128 artigos. Após aplicar o critério de relevância, ocorreu a seleção apenas daqueles diretamente relacionados às strings supracitadas; dessa forma, o número reduziu para 16 documentos. Em seguida, ao aplicar uma segunda restrição para excluir dissertações, teses, livros ou capítulos de livro, foram selecionados, finalmente, seis artigos acadêmicos para uma análise mais aprofundada. Essa seleção foi crucial para garantir que os estudos incluídos oferecessem insights substanciais e pertinentes para a revisão bibliométrica em questão, proporcionando uma base para a síntese dos resultados encontrados.

Na etapa seguinte, realizou-se a leitura dos artigos e enumeração das seguintes categorias: título, ano, local da pesquisa, revista publicada, objetivo, problema de pesquisa, metodologia utilizada, política pública analisada, grupo estudado e principais resultados de cada artigo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise dos resultados encontrados, observou-se que os artigos foram publicados em revistas das áreas correspondentes às ciências sociais, administração pública e planejamento urbano, assim como de âmbito regional/demografia. Um artigo foi publicado em uma revista Qualis A4, um em revista Qualis A3, com duas publicações em revistas Qualis A2 e outras duas em revistas Qualis A1. Esses achados destacam o interesse pelo tema nos campos das ciências sociais, administração e desenvolvimento regional, evidenciando sua natureza interdisciplinar. A Tabela 1 apresenta as revistas em que os artigos foram publicados.

**Tabela 1 –** Identificação das revistas em que os artigos foram publicados

Revista	Qualis
HOLOS	A1
DADOS – Revista de Ciências Sociais	A1
Revista de Administração Pública	A2
Desenvolvimento Regional em Debate	A2
Revista de Ciências da Administração	A3
Estudos Sociedade e Agricultura	A4

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos métodos de pesquisa encontrados nos artigos, destacam-se a aplicação de questionários e análise documental com três frequências, seguindo-se pelo estudo de caso, entrevista, fontes secundárias, triangulação com duas frequências e uma outra que retratou o método exploratório. Essas informações são relevantes para definição de futuras pesquisas sobre a temática.

**Tabela 2 –** Métodos de pesquisa utilizados nos artigos

Método de pesquisa	Número de citações
Análise documental	3
Questionários	3
Entrevistas	2
Estudo de caso	2
Fontes secundárias	2
Triangulação	2
Exploratória	1

Fonte: elaboração própria.

Quanto à abrangência geográfica dos estudos, a Bahia foi o estado mais estudado, com três estudos, seguido pelo Rio Grande do Norte, com dois estudos. Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins foram estudados uma vez, conforme apresentado na Tabela 3. Predominam, assim, os estudos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, contemplando 14 estudos. Além desses, um estudo foi de âmbito nacional.

**Tabela 3 - Abrangência geográfica dos estudos mapeados**

Estado/Região	Quantidade
Nacional	1
Alagoas	1
Bahia	3
Ceará	1
Maranhão	1
Minas Gerais	1
Pará	1
Paraíba	1
Pernambuco	1
Rio Grande do Norte	2
Roraima	1
Santa Catarina	1
Sergipe	1
Tocantins	1

Fonte: elaboração própria.

Quanto às políticas públicas analisadas, foram identificadas quatro: o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), referenciado por dois artigos; o Programa Territórios da Cidadania (PTC), também estudado por dois artigos; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), abordado em um artigo; e o Programa de Manejo Agroambiental da Bacia do Rio Almada, uma política estadual, estudada por um artigo, conforme apresentado na Tabela 4.

O PRONAT, de acordo com as conclusões de Delgado e Grisa (2014), reproduz na prática a segmentação e a governança do PRONAF e não repensa a concepção de ruralidade dominante nas políticas públicas, dessa forma a intersectorialidade na política territorial fica prejudicada, pois não valoriza as potencialidades da economia, da sociedade e do meio ambiente rural. No entanto, um ponto forte é que o PRONAT privilegia as regiões mais pobres do meio rural, mas se corre o risco de não conseguir a integração entre políticas sociais e produtivas. O desafio é justamente essa integração, deixando claro que o conceito de ruralidade precisa abordar a “heterogeneidade e diversidade e os vínculos econômicos, sociais, políticos e culturais com o meio urbano” (Delgado; Grisa, 2014).

Quanto ao PTC, a crítica de Delgado e Grisa (2014) está na predominância de uma abordagem “top-down” e na postura operacional que privilegia as agências estatais como principais responsáveis pela política, aliada ao afastamento da institucionalidade e dos atores sociais locais. Além da ausência de uma noção de ruralidade e de uma estratégia eficaz de combate à pobreza, fatores estes que geraram frustrações nos colegiados territoriais e dificultam o avanço da política territorial.

**Tabela 4 - Políticas Públicas analisadas**

Política Pública	Quantidade
Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)	2
Programa Territórios da Cidadania (PTC)	2
Programa de Manejo Agroambiental da Bacia do Rio Almada	1
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos objetivos de pesquisa, observa-se uma diversidade de temas sem um foco predominante. Os artigos encontrados abordam principalmente a análise dos atores sociais envolvidos em políticas públicas, os impactos dessas políticas no contexto da agricultura familiar, a avaliação da institucionalidade e governança em políticas rurais, assim como a implementação e execução de políticas, a participação da sociedade civil, além de aspectos gerais sobre a inclusão produtiva, conforme detalhado na Tabela 5.

**Tabela 5 – Objetivo das pesquisas mapeadas**

<b>ARTIGO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: o caso da bacia do rio Almada (BA)	Discutir o desenvolvimento territorial sustentável a partir da atuação de diferentes atores sob a ótica da gestão social e o processo de cidadania deliberativa;
O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil	Analizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como ação de inclusão produtiva, a partir dos seus <b>efeitos na agricultura familiar</b> da região Nordeste do Brasil;
Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança	Analizar as institucionalidades e a governança nas políticas brasileiras de desenvolvimento territorial e a relação destas com o enfrentamento da pobreza rural. São objetos de <b>análise particularmente as institucionalidades e a governança</b> presentes no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) – também conhecido como Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI) – e no Programa Territórios da Cidadania (PTC);
Agricultura familiar, políticas públicas e mercados institucionais: uma análise exploratória do programa nacional de alimentação Escolar – PNAE no Rio Grande do Norte	Analizar, de forma exploratória, a <b>execução</b> do PNAE no Rio Grande do Norte a partir dos resultados alcançados pelas escolas públicas estaduais entre os anos de 2011 e 2013, auferindo cumprimento legal e prospectando contribuições para a agricultura familiar, a partir do desempenho e operacionalização dessa política pública;
Gestão social e desenvolvimento territorial: um olhar a partir do processo de governança dos colegiados territoriais brasileiros	Compreender como vem ocorrendo a gestão da governança territorial, com foco na <b>participação</b> da sociedade civil e dos representantes do poder público e nas discussões ocorridas nos Colegiados Territoriais;
As possibilidades e desafios do território rural do médio Araguaia para a inclusão produtiva	Sistematizar e descrever os <b>aspectos inerentes à inclusão produtiva</b> presente no Território Rural do Médio Araguaia, Tocantins;
Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores	Analizar a recente experiência brasileira de <b>implementação de políticas de desenvolvimento territorial no meio rural</b> , examinando os arranjos institucionais (as novas institucionalidades) construídos para viabilizar o desempenho de ações públicas dessa natureza.

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos conceitos abordados nos artigos, o tema da governança e inovação em políticas públicas é sustentado por uma variedade de conceitos fundamentais. Estes incluem arranjos institucionais, capacidade governativa, cidadania deliberativa, desenvolvimento territorial, desenvolvimento territorial sustentável. E incluem também discussões sobre gestão social, governança, governança territorial, inclusão produtiva, institucionalidades, políticas públicas, territorialidade e território, conforme detalhado na Tabela 6. Esses conceitos fornecem uma base teórica para a análise das dinâmicas políticas e sociais envolvidas na implementação de políticas de desenvolvimento rural e inclusão produtiva.

**Tabela 6** – Conceitos trabalhados nas pesquisas mapeadas

Conceitos	Arranjos institucionais
	Capacidade governativa
	Cidadania deliberativa
	Desenvolvimento territorial
	Desenvolvimento territorial sustentável
	Gestão social
	Governança
	Governança territorial
	Inclusão produtiva
	Institucionalidades
	Políticas públicas
	Territorialidade
	Território

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Quanto aos resultados das pesquisas, algumas contribuições dos estudiosos são relacionadas na sequência, em relação ao tema governança e inovação em políticas públicas de agricultura familiar, na perspectiva “bottom up”.

Delgado e Leite (2011) defendem que a experiência brasileira na implementação de políticas de desenvolvimento territorial, no meio rural, apresenta janelas de oportunidade para inovações institucionais e mecanismos de governança e gestão participativa, que não devem ser desprezadas. Identifica o espaço supra municipal como um local importante no desenho e implementação de políticas que, se por um lado não eliminam as iniciativas municipais, por outro, revelam a capacidade que determinados projetos possuem em atingir uma esfera mais ampla, garantindo sua continuidade à medida que legitima suas ações no lastro de atores sociais envolvidos, dispondo de certa autonomia em relação às instabilidades da política local.

Iizuka (2012) contribui para a reflexão sobre os desafios e oportunidades referentes à gestão social, indicando que o processo de cidadania deliberativa pode se constituir em estratégia necessária para o desenvolvimento territorial sustentável. Explica que o diálogo, a participação ativa dos atores na elaboração e a implantação de políticas públicas é algo complexo, porém imprescindível, quando se almejam transformações das realidades sociais.

Delgado e Grisa (2014) afirmam que uma das razões pelas quais as políticas de desenvolvimento territorial não avançaram plenamente ocorreu devido ao seu vínculo com um modelo de intervenção pública, no desenvolvimento rural. Isso resultou em expectativas não cumpridas, resultados limitados e críticas sobre promessas não realizadas. Os autores propõem que as políticas públicas para a agricultura familiar se distanciem e superem o modelo original do Pronaf Infraestrutura e Serviços. Além disso, sugerem repensar a concepção dominante de ruralidade na política territorial, levando em consideração a diversidade de atores, setores e atividades nos territórios, e explorar as potencialidades das inter-relações urbano-rurais para o desenvolvimento territorial. Adicionalmente, defendem uma reavaliação dos colegiados e da institucionalidade territorial, diante dos desafios complexos associados aos papéis de democratização e gestão social atribuídos a essas estruturas. Isso implica na definição de mecanismos que garantam maior transparência nas ações e decisões. Assim, suas propostas estão alinhadas a uma abordagem de baixo para cima, enfatizando a diversi-

dade local e a governança participativa nas políticas de desenvolvimento rural.

Dias e Paiva (2015) explicam que o território tem acessado políticas de desenvolvimento endógeno, no entanto, necessita da efetividade de políticas mais duradouras, bem como a participação e o envolvimento dos poderes públicos nas três esferas de governo. Acrescenta que há necessidade de se discutir o acesso a recursos como terra, água, crédito e assessoramento técnico, bem como a dinamização dessas políticas públicas, no intuito de atender um quantitativo cada vez maior de municípios, associações, cooperativas, grupos formais e informais de famílias de agricultores. Defendem, ainda, que se faz necessário realizar estratégias que fortaleçam a participação de todos os atores nas tomadas de decisões, buscando o envolvimento dos gestores municipais. Destaca-se, por fim, que a participação dos atores sociais desempenha um papel fundamental no processo de formulação e implementação de políticas públicas, por intermédio da cooperação mútua entre eles. Há uma necessidade premente de superar a perspectiva *top-down* de ação pública para alinhar adequadamente às propostas de governança territorial, delineando assim ações com respaldo normativo de caráter "*bottom-up*".

Petarly et al. (2016) destacam que além da falta de assistência técnica contínua e de qualidade, os desafios significativos para alcançar a inclusão produtiva na agricultura familiar incluem dificuldades no acesso ao crédito, com condições adequadas às necessidades reais do setor e devido, também, à infraestrutura deficiente de transporte para escoamento da produção. Esses aspectos são cruciais para o desenvolvimento sustentável e econômico das famílias rurais, exigindo políticas públicas eficazes que abordem essas questões de forma integrada e inclusiva.

Dias e Oliveira (2019) enfatizam que a participação dos atores sociais é fundamental no processo de construção e implementação de políticas públicas, baseado na cooperação mútua. Argumentam que a governança das políticas públicas para a agricultura familiar deve ser informada, capaz de discernir interesses coletivos e hábil em lidar com os conflitos entre diferentes atores sociais, mantendo a essência da gestão democrática. Isso visa a aumentar a efetividade das políticas públicas existentes para os diversos públicos da agricultura familiar.

Por sua vez, Nunes et al. (2018) destacaram em sua pesquisa, que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem desempenhado um papel crucial na diversificação da agricultura familiar no Nordeste, incentivando o surgimento de organizações coletivas, principalmente cooperativas, e promovendo o desenvolvimento de mercados locais e regionais. Os autores enfatizam o potencial da região Nordeste, especialmente dos municípios menores, mas ressaltam que é necessário desenvolver estruturas de produção e mecanismos legais para integrar os produtos da agricultura familiar nos mercados de forma eficaz.

A análise dos estudos mapeados aqui revela que a governança e inovação nas políticas públicas de desenvolvimento territorial e agricultura familiar no Brasil, enfrentam desafios significativos e oferecem oportunidades importantes. A implementação de políticas participativas e inclusivas é fundamental, destacando a importância de um modelo "*bottom-up*" que valorize o diálogo e a participação ativa dos atores sociais. A superação das limitações do modelo tradicional exige uma reestruturação institucional, considerando a diversidade dos territórios e as inter-relações urbano-rurais. Além disso, a falta de assistência técnica contínua, dificuldades no acesso ao crédito e infraestrutura deficiente são barreiras para a

inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das famílias rurais. A participação dos atores sociais é essencial para a formulação e implementação eficaz das políticas públicas, promovendo a governança democrática e a resiliência das comunidades rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos principais estudos sobre governança e inovação em políticas públicas de agricultura familiar revela uma série de desafios e oportunidades com foco no desenvolvimento territorial. A implementação de políticas participativas e inclusivas, que valorizam o diálogo e a participação ativa dos atores sociais, destaca-se como fundamental para o êxito, conforme defendido por diversos autores mapeados neste estudo. No entanto, superar as limitações do modelo tradicional requer uma reestruturação institucional e uma abordagem mais holística, que considere a diversidade dos territórios e as inter-relações urbano-rurais. Além disso, é crucial garantir o serviço de assistência técnica contínua e o acesso a recursos adequados, elementos destacados como essenciais por vários estudos, para promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico regional.

A participação cidadã ativa pode gerar inovações sociais, superar desafios institucionais e culturais, e, com isso, criar um ambiente propício para a efetivação de um processo de inclusão produtiva. Assim, a efetividade das políticas públicas de agricultura familiar depende da cooperação mútua entre os diferentes atores sociais e do fortalecimento das estruturas de governança territorial. É fundamental uma gestão democrática e transparente que promova a sustentabilidade e a resiliência das comunidades rurais. Acredita-se que este estudo contribuirá para a compreensão da importância da abordagem "*bottom-up*" na governança das políticas de inclusão produtiva (e nos processos de intervenção sociotécnica), fornecendo uma base sustentável para pesquisadores, formuladores de políticas (*policy makers*) e agentes multiplicadores, interessados em promover a inclusão social e econômica, por meio de abordagens participativas.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Ana Paula Teixeira; SCHMITT, Claudia Job. Rede de relações sociais e arranjos institucionais da agricultura familiar na zona da Mata em Minas Gerais, Brasil: Novas formas de governança nas políticas públicas? **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 4, n. 72-78, p. 379-398, 2017.
- DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, Catia. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 22, n. 1, p. 132, 2014.
- DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**, v. 54, p. 431-473, 2011.
- DIAS, Thiago Ferreira; DE OLIVEIRA, Erysson Faustino. Agricultura familiar, políticas públicas e mercados institucionais: uma análise exploratória do programa nacional de alimentação escolar-PNAE no Rio Grande do Norte. **Holos**, v. 5, p. 1-19, 2019.
- DIAS, Thiago Ferreira; DE PAIVA, Juarez Azevedo. Gestão Social e Desenvolvimento Territorial: um olhar a partir processo de governança dos Colegiados Territoriais Brasileiros. **Revista de Ciências da Administração**, p. 91-105, 2015.

IIZUKA, Edson Sadao; GONCALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; AGUERRE, Pedro. Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: o caso da bacia do rio Almada (BA). **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1599-1623, 2012.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. 324 p.

NUNES, Emanoel Márcio et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Grifos**, v. 27, n. 45, p. 114-139, 2018.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 273-287, 2006.

PETARLY, Renata Rauta; CANÇADO, Airton Cardoso; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira; MOURA, Maria Tereza de Barros; SOUZA, Welison Portugal de. As possibilidades e desafios do Território Rural do Médio Araguaia para a inclusão produtiva. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 6, n. 3, p. 4-21, 2016.

SOUZA, Diego Neves. O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 36, n. 1, 2019.